

Crescimento da dívida pública preocupa

Bons resultados no superávit primário, serviço da dívida muito pesado e dívida pública líquida acima das previsões do FMI são as conclusões que se podem tirar da leitura das estatísticas do mês de agosto, divulgadas ontem pelo Banco Central, um dia depois das que se referiam à Administração Central, que representa mais de 90% dos resultados do setor público como um todo.

O dado que chama mais a atenção, por ser meta essencial do acordo firmado com o FMI, é o que se refere ao resultado primário, isto é, à diferença entre receitas e despesas sem levar em conta o pagamento de juros sobre a dívida. Registra-se aí um superávit de R\$ 4,8 bilhões em agosto e de R\$ 20,4 bilhões nos oito primeiros meses

do ano, equivalente a 3,9% do PIB. Esse resultado supera em R\$ 4,6 bilhões a meta fixada pelo FMI para o mesmo período.

Sem dúvida esse resultado também permite prever que até o final do ano o governo não terá dificuldades para atingir a meta fixada no acordo com o organismo internacional. Não se deve, porém, alimentar ilusões. Para o conjunto da economia o que conta é o montante total das despesas do setor público e nelas os juros da dívida entram com grande participação. Nos oito primeiros meses do ano, o pagamento de juros alcançou R\$ 109,945 bilhões, o que dá uma idéia do que poderia ser um Brasil sem essas dívidas e de quanto se poderia investir em favor do desenvolvimento.

Em outros países o déficit do setor público é calculado em função de seu valor nominal – ou seja, com a inclusão dos juros da dívida pública. E esse déficit, no Brasil, nos oito primeiros meses, foi equivalente a 12,8% do PIB.

O informe do Banco Central mostra que, em setembro, a dívida mobiliária federal totalizava R\$ 403 bilhões (39,6% do PIB), com elevação de 0,4% em relação ao mês anterior, o que indica que neste mês haverá um aumento dos pagamentos de juros, cujo valor total ainda não foi informado. Esse aumento será resultado, em grande parte, da desvalorização cambial e das taxas de juros mais elevadas pagas aos credores estrangeiros. Essa evolução mostra que será difícil para as auto-

ridades monetárias reduzir muito a taxa de juros básica, pois será necessária a colocação de títulos, levando em conta que a duração média dos títulos federais foi de 3,4 meses em setembro, enquanto foi de 3,6 meses em agosto, o que exige forte rolagem da dívida.

Mas os Estados e municípios também têm uma dívida, assim como as empresas estatais. A dívida pública líquida, em agosto, era de R\$ 511,116 bilhões, o que representa 50,5% do PIB. Segundo os cálculos do FMI, deveria ser de R\$ 499,309 bilhões, mas trata-se apenas de uma meta indicativa.

A questão é saber se o Brasil conseguirá estabilizar sua dívida para ter possibilidade de reduzir os juros básicos e estimular o desenvolvimento.